



CÂMARA DOS DEPUTADOS

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
N.º 676, DE 2019
(Do Sr. Túlio Gadêlha)**

Susta a Portaria no 972, de 21 de agosto de 2019, da Secretaria Especial de Previdência e Trabalho do Ministério da Economia, que revoga portarias de criação de colegiados e de aprovação dos respectivos regimentos no âmbito do extinto Ministério do Trabalho.

DESPACHO:

APENSE-SE À(AO) PDL-572/2019.

APRECIÇÃO:

Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário

PUBLICAÇÃO INICIAL

Art. 137, caput - RICD

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica sustada a Portaria nº 972, de 21 de agosto de 2019, da Secretaria Especial de Previdência e Trabalho do Ministério da Economia, que revoga portarias de criação de colegiados e de aprovação dos respectivos regimentos no âmbito do extinto Ministério do Trabalho.

Art 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

A Portaria nº 972, de 21 de agosto de 2019, foi editada pelo Secretário Especial de Previdência e Trabalho do Ministério da Economia, visando a revogação de portarias de criação de colegiados e de aprovação dos respectivos regimentos do extinto Ministério do Trabalho. Ao todo foram revogadas 75 portarias, extinguindo conselhos e comissões de participação e controle social.

Entre as portarias extintas, estão:

- Portaria MTb nº 11, de 8 de janeiro de 1998, criada para instituir a Comissão Tripartite integrada por representantes do Governo, dos Empregadores e dos Trabalhadores, para efetuar a análise da Convenção sobre a Prevenção de Acidentes Industriais Maiores nº 174, e da Recomendação sobre a Prevenção de Acidentes Industriais Maiores nº 181, adotadas pela 80ª Reunião da Conferência Internacional do Trabalho, em 22 de junho de 1993, da Organização Internacional do Trabalho (OIT).

- Portaria MTE nº 952, de 8 de julho de 2003, que dispõe sobre a Comissão Nacional de Erradicação do Trabalho Infantil (CONAETI).

- Portaria SIT nº 508, de 30 de setembro de 2015 - Grupo de Trabalho sobre a Instrução Normativa – GT IN nº 91, de 2011 (Trabalho Escravo).

- Portaria SIT nº 536, de 12 de maio de 2016 – Prazo GT IN nº 91, de 2011 (Trabalho Escravo).

- Portaria SIT nº 552, de 6 de julho de 2016 - Prazo GT IN nº 91, de 2011 (Trabalho Escravo).

- Portaria SIT nº 556, de 27 de julho de 2016 – Grupo de Trabalho sobre Inspeções referentes ao Trabalho Escravo (Brasil/Peru).

- Portaria MTB nº 753, de 31 de maio de 2017 – Designa os representantes para compor o Conselho Nacional do Trabalho (CNT).

Em suma, foram extintas comissões criadas a partir de acordos internacionais previstos na OIT, além de importantes mecanismos de combate ao trabalho escravo e infantil, assim como instrumentos que pretendem assegurar a proteção ao trabalho, extrapolando assim o poder regulamentar concedido ao Poder Executivo, além de violar o princípio constitucional da dignidade humana.

Por todo o exposto, tendo em vista o interesse público e em respeito ao princípio da proibição de retrocesso social, basilar do Estado Democrático de Direito, contamos com o apoio de nossos Pares para sustar, de imediato, os efeitos da Portaria nº 972, de 2019, nos termos do art. 49, inciso V, da Constituição Federal.

Sala das Sessões, em 23 de outubro de 2019.

Deputado TÚLIO GADÊLHA

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA
Coordenação de Organização da Informação Legislativa - CELEG
Serviço de Tratamento da Informação Legislativa - SETIL
Seção de Legislação Citada - SELEC

PORTARIA Nº 972, DE 21 DE AGOSTO DE 2019

Revoga portarias de criação de colegiados e de aprovação dos respectivos regimentos no âmbito do extinto Ministério do Trabalho - (Processo nº 19964.103375/2019-89).

O SECRETÁRIO ESPECIAL DE PREVIDÊNCIA E TRABALHO DO MINISTÉRIO DA ECONOMIA, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo art. 71, inciso I, do Decreto nº 9.745 de 8 de abril de 2019, e tendo em vista o disposto no Decreto nº 9.759, de 11 de abril de 2019, resolve:

Art. 1º Ficam revogadas as seguintes Portarias:

- I - Portaria Interministerial MTB/MF/MS nº 1, de 28/1/1997;
- II - Portaria Interministerial MTB/MS/MPAS nº 7, de 25/7/1997;
- III - Portaria MTB nº 11, de 8/1/1998;
- IV - Portaria MTE nº 2.038, de 15/12/1999;
- V - Portaria MTE nº 365, de 12/9/2002;
- VI - Portaria MTE nº 952, de 8/7/2003;
- VII - Portaria MTE nº 1.029, de 11/8/2003;
- VIII - Portaria MTE nº 1.150 de 09/10/2003;
- IX - Portaria MTE nº 447, de 19/8/2004;
- X - Portaria MTE nº 216, de 22/4/2005;
- XI - Portaria Interministerial MTE/MF/MS/MPS/MDS nº 06, de 13/5/2005;
- XII - Portaria MTE nº 478, de 1/11/2005;
- XIII - Portaria MTE nº 39 de 7/4/2006;
- XIV - Portaria MTE nº 540, de 7/11/2007;
- XV - Portaria Interministerial MPS/ MTE/MS nº 152, de 13/5/2008;
- XVI - Portaria MTE nº 1.473, de 30/6/2010;
- XVII - Portaria MTE nº 2.242, de 14/9/2010;
- XVIII - Portaria MTE nº 917, de 10/5/2011;
- XIX - Portaria MTE nº 1.408, 3/9/2014;

XX - Portaria MTE nº 316, de 20/3/2015;
XXI - Portaria MTB nº 753, de 31/5/2017
XXII - Portaria SSST nº 8, 21/9/1995;
XXIII - Portaria SSST nº 01, de 18/3/1996;
XXIV - Portaria SSST nº 2, de 10/4/1996;
XXV - Portaria SSST nº 41, de 14/10/1997;
XXVI - Portaria SIT nº 18, de 30/5/2001;
XXVII - Portaria SIT 33, de 21/11/2002;
XXVIII - Portaria SIT nº 59, de 19/6/2008;
XXIX - Portaria SIT nº 119, de 16/9/2009;
XXX - Portaria SIT nº 186, de 28/5/2010;
XXXI - Portaria SIT nº 191, de 19/11/2010;
XXXII - Portaria SIT nº 219, de 6/5/2011;
XXXIII - Portaria SIT nº 233, de 9/6/2011;
XXXIV - Portaria SIT nº 234, de 9/6/2011;
XXXV - Portaria SIT nº 235, de 9/6/2011;
XXXVI - Portaria SIT nº 252, de 4/8/2011;
XXXVII - Portaria SIT nº 282, de 17/11/2011;
XXXVIII - Portaria SIT nº 283, de 17/11/2011;
XXXIX - Portaria SIT nº 321, de 23/5/2012;
XL - Portaria SIT nº 330, de 13/8/2012;
XLI - Portaria SIT nº 371, de 26/4/2013;
XLII - Portaria SIT nº 394, de 11/9/2013;
XLIII - Portaria SIT nº 431, de 4/6/2014;
XLIV - Portaria SIT nº 443, de 25/7/2014;
XLV - Portaria SIT nº 472, de 26/2/2015;
XLVI - Portaria SIT nº 479, de 6/3/2015;
XLVII - Portaria SIT nº 508, de 30/9/2015;
XLVIII - Portaria SIT nº 509, de 30/9/2015

XLIX - Portaria SIT nº 510, de 30/9/2015;
L - Portaria SIT nº 531, de 19/4/2016;
LI - Portaria SIT nº 536, de 12/5/2016;
LII - Portaria SIT nº 545, de 7/6/2016;
LIII - Portaria SIT nº 552, de 6/7/2016
LIV - Portaria SIT nº 556, de 27/7/2016;
LV - Portaria SIT nº 561, de 25/8/2016;
LVI - Portaria SIT nº 570, de 26/10/2016;
LVII - Portaria SIT nº 572, de 3/11/2016;
LVIII - Portaria SIT nº 598, de 3/3/2017;
LIX - Portaria SIT nº 599, de 3/3/2017;
LX - Portaria SIT nº 600, de 3/3/2017;
LXI - Portaria SIT nº 626, de 30/5/2017;
LXII - Portaria SIT nº 627, de 30/5/2017;
LXIII - Portaria SIT nº 628, de 5/6/2017;
LXIV - Portaria nº 650, de 17/8/2017;
LXV - Portaria SIT nº 664, de 18/10/2017;
LXVI - Portaria SIT nº 676, de 24/11/2017;
LXVII - Portaria SIT nº 696, de 19/2/2018;
LXVIII - Portaria SIT nº 697, de 19/2/2018;
LXIX - Portaria SIT nº 717, de 3/5/2018;
LXX - Portaria SIT nº 738, de 20/7/2018;
LXXI - Portaria SIT nº 739, de 20/7/2018;
LXXII - Portaria SIT nº 741, de 26/7/2018;
LXXIII - Portaria SIT nº 746, de 7/8/2018;
LXXIV - Portaria SIT nº 747, de 10/8/2018; e
LXXV - Portaria SIT nº 751, de 22/8/2018.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ROGERIO MARINHO

FIM DO DOCUMENTO
